



Boletim Informativo dos Núcleos

Novembro/2022



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SUMÁRIO

3 NUDECA

6 NUDEP

8 NUDEFAM

12 NUDECONTU

18 NUDDH

21 NUDEPID

25 NUDEPED

27 NUDIVERSI

30 NUDS

NUDECA

ATUAÇÃO DO NÚCLEO

Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente participa de mutirão de atendimentos e ajuizamento em Rio Pardo

Em Rio Pardo, dezenas de pessoas foram atendidas em um mutirão da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 4 de novembro.

O foco do mutirão foi atender demandas represadas na área de família, como pedidos de alimentos, guarda e investigação de paternidade, bem como ofertar a realização de exames de DNA por intermédio do Projeto Pai? Presente!



Mutirão no Condomínio Irmãos Marista conta com a participação do NUDECA



No dia 21 de novembro, o NUDECA prestou orientação jurídica no Mutirão Condomínio Irmãos Marista. Na oportunidade, foram atendidas dezenas de famílias que necessitam de vagas em escolas de educação infantil e em escolas de ensino fundamental, transferências escolares, monitorias, bem como algumas demandas da área de família.

Leia +

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Projeto propõe legislação unificada para conselhos tutelares

Projeto que tramita no Senado estabelece normas gerais para instalação, funcionamento e estrutura dos Conselhos Tutelares em todo território nacional. O PL 2.474/2022 cria parâmetros institucionais a serem cumpridos por Executivo, Legislativos locais e membros de Conselhos Tutelares, no exercício de suas atribuições.

Leia +

NOTÍCIAS RECENTES

CECE do Município de Porto Alegre aborda déficit de monitorias de crianças atípicas

A Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude (CECE) promoveu reunião para tratar sobre o déficit de monitorias de crianças atípicas na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Moradas da Hípica e o Selo de Educação Antirracista nas escolas do município.

A defensora pública Andreia Paz Rodrigues revelou que há 92 processos individuais em andamento junto ao Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Porto Alegre postulando monitoria e que foram nomeados recentemente 39 monitores em concurso realizado pelo Município. Afirmou, porém, que o número é insuficiente frente a demanda. Diante disso, a Defensoria encaminhou ofícios para a Secretaria Municipal de Educação e à Procuradoria-Geral do Município, com vistas à resolução extrajudicial das demandas.

No segundo momento da reunião, foi tratado sobre a proposta de criação de Selo Antirracista nas escolas do município de Porto Alegre. Está tramitando na Câmara Municipal projeto de lei para criação do Selo Antirracista professora doutora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.

Leia +

Campanha alerta cidadãos para sub-registro civil de nascimento

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos lançou, em 4 de novembro, uma campanha para alertar os cidadãos sobre o sub-registro civil de nascimento no Brasil e chamar a atenção para a importância da emissão da certidão.

Leia +

Centro de Atendimento sedia curso de manutenção de computadores para socioeducandos

Buscando oportunizar a qualificação profissional, 14 socioeducandos em Internação Sem Possibilidade de Atividade Externa (ISPAE) do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) POA II estão participando do curso de manutenção de computadores. A iniciativa é realizada em parceria com a Fundação Pão dos Pobres. O curso tem a duração de seis meses e, após o término e com a extinção da medida socioeducativa, todos os participantes têm a oportunidade de atuar como Jovem Aprendiz, ganhando uma bolsa e dando sequência à formação na Fundação Pão dos Pobres.

[**Leia +**](#)

Para 4ª Turma, mãe pode adotar filha biológica que foi adotada por outros quando criança

A 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça deu provimento ao recurso especial de uma mulher para permitir que ela adote sua filha biológica, que foi adotada por um casal quando criança. Para o colegiado, a decisão do tribunal local contrariou as disposições legais sobre adoção de pessoa maior e capaz. Além disso, os interesses envolvidos são mais bem garantidos com o deferimento da adoção, conforme a vontade das partes envolvidas.

[**Leia +**](#)

Corregedoria determina que juízes verifiquem condição de crianças em manifestações contra resultado das eleições

A Corregedoria Nacional de Justiça determinou que magistrados da Infância e Juventude verifiquem possível violação a direitos em acampamentos de manifestantes que contestam o resultado das eleições em várias unidades da Federação. “Chama a atenção a presença de crianças e adolescentes nesses movimentos, o que, somada às condições potencialmente insalubres de tais acampamentos, deve despertar a preocupação de agentes públicos responsáveis pela proteção infantojuvenil”, destaca a decisão do ministro Luis Felipe Salomão.

[**Leia +**](#)

JURISPRUDÊNCIA

O Superior Tribunal de Justiça fixou a tese de que, após o advento do art. 23 da Lei n. 13.431/2017, nas comarcas em que não houver vara especializada em crimes contra a criança e o adolescente, compete à vara especializada em violência doméstica, onde houver, processar e julgar os casos envolvendo estupro de vulnerável cometido pelo pai (bem como pelo padrasto, companheiro, namorado ou similar) contra a filha (ou criança ou adolescente) no ambiente doméstico ou familiar.

[**Leia +**](#)

NUDEP

Acesse a 3ª edição do Manual da Liberdade **aqui** ou solicite pelo e-mail **nudep@defensoria.rs.def.br**

Clicando aqui, você também pode acessar o guia de contatos da execução criminal, que contém os endereços, e-mails e telefones das defensorias públicas, varas de execuções criminais e estabelecimentos prisionais do estado. Caso encontre alguma informação desatualizada, comunique pelo e-mail **nudep@defensoria.rs.def.br**

ATUAÇÃO DO NÚCLEO

Inspeção no Presídio Regional e Instituto Penal de Bagé



A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS) realizou inspeções no Presídio Regional de Bagé e no Instituto Penal de Bagé, no dia 3 de novembro. A atividade foi realizada após a instituição receber denúncias de irregularidades na unidade de regime fechado, superlotada.

A dirigente do Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP), Cintia Luzzatto, acompanhada do subdiretor, Fernando Rückert Scheffel, constatou que quase

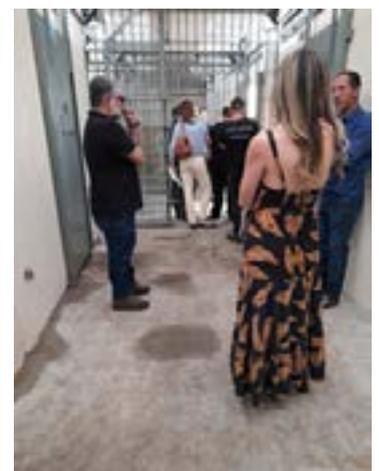
uma centena de pessoas que progrediram do regime fechado para o regime semiaberto estão em excesso de execução, já que permanecem na unidade fechada sem tratamento penal, ocupando celas superlotadas. Algumas delas, com capacidade para quatro pessoas, abrigavam cerca de 15.

Leia +

Inspeção NUGESP

No dia 17 de novembro, o Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP), participou de inspeção nas instalações do Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional (NUGESP). Além da Defensoria Pública, participaram da inspeção representantes do Ministério Público, da OAB, do próprio NUGESP e o juiz com atribuição. A inspeção teve por objetivo averiguar as condições do local, bem como mostrar para os representantes dos órgãos participantes as instalações e esclarecer dúvidas a respeito da rotina do Núcleo. Houve atendimento dos presos do regime semiaberto por parte da dirigente do NUDEP, Cintia Luzzatto.

O NUGESP tem capacidade para 708 pessoas e na data da inspeção contava com 340. O local recebe pessoas detidas na Região Metropolitana e que aguardam vaga em estabelecimentos prisionais, funcionando como um centro de triagem.



Documentário Presídio Central



A defensora pública dirigente do NUDEP, Cintia Luzzatto, participou das gravações do documentário sobre a história do antigo Presídio Central de Porto Alegre, atual Cadeia Pública. A entrevista ocorreu em meio às obras de reconstrução do presídio, às quais têm previsão de conclusão para 2023. Dividida em duas etapas, a revitalização do complexo já mostra avanço na primeira fase, que consiste na demolição dos pavilhões D, C, C1, B1, A1 e F1, e na construção de três novos módulos integrados. Segundo a Secretária de Justiça e Sistema Penal e Socioeducativo, as demolições da primeira fase e a montagem das celas dos dois primeiros módulos já estão concluídas.

A segunda fase compreende a demolição dos pavilhões F, A e B, e a construção de mais seis novos módulos. A previsão é de que a nova Cadeia Pública seja entregue até setembro do próximo ano, totalizando nove galerias reconstruídas e 1.884 vagas qualificadas.



Inspeção no Instituto Psiquiátrico Forense

No dia 30 de novembro, as defensoras públicas dirigentes dos Núcleos de Defesa em Execução Penal, Cintia Luzzatto, de Defesa dos Direitos Humanos, Aline Palermo Guimarães, e de Defesa da Saúde, Liliane Paz Deble, bem como a defensora pública com atribuição cível no local, Jimenes Chimelli, realizaram inspeção no Instituto Psiquiátrico Forense. O objetivo foi averiguar denúncias recebidas pelo NUDDH, a situação atual do local e se está havendo o cumprimento da decisão judicial que, entre outras deliberações, determinou o banho de sol para os pacientes da ala da triagem, o que não ocorria e já havia sido objeto de recomendação da Defensoria Pública à SUSEPE.



Na ocasião, as defensoras foram recebidas pelo diretor Luciano Lindemann e estabeleceram fluxos para atendimentos e encaminhamentos das demandas cíveis e de execução à Defensoria Pública pelo corpo técnico da unidade. A equipe conversou com vários pacientes que se encontravam nas áreas da triagem, ala fechada, aberta, isolamento, e com as pacientes mulheres, que terão suas demandas apreciadas.

NUDEFAM

ATUAÇÃO DO NÚCLEO

Núcleo de Defesa das Famílias participa de mutirões de atendimento em novembro

O NUDEFAM participou, no mês de novembro, de dois mutirões de atendimento em parceria com a Defensoria Itinerante e demais Núcleos Especializados. No dia 4 de novembro, o grupo se deslocou até a cidade de Rio Pardo e realizou o atendimento de dezenas de usuários dos serviços da Defensoria Pública na área de família, priorizando a autocomposição dos conflitos.

Já no dia 21, o serviço foi prestado aos moradores do Condomínio Irmãos Marista, na Zona Norte de Porto Alegre. Distante da sede da instituição, a população local demandou atendimento em diversos assuntos, entre os quais o direito das famílias.



NOTÍCIAS RECENTES

Segunda Seção define que advogado devedor de pensão alimentícia não tem direito à prisão em sala de estado-maior

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, entendeu que a prerrogativa da sala de estado-maior não pode incidir na prisão civil de advogado que for devedor de alimentos, mas deve ser garantido a ele um local apropriado, devidamente segregado dos presos comuns.

Leia +

Existência de testamento não impede inventário extrajudicial se os herdeiros são capazes e concordes

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que, mesmo havendo testamento, é admissível a realização de inventário e partilha por escritura pública, na hipótese em que todos os herdeiros são capazes e concordes. O colegiado destacou que a legislação contemporânea tem reservado a via judicial apenas para hipóteses em que há litígio entre os herdeiros ou algum deles é incapaz.

Leia +

Falta de colaboração de parentes do morto autoriza exumação em investigação de paternidade

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, em uma investigação de paternidade post mortem, pela possibilidade de exumação do corpo do suposto pai para exame de DNA. A ação de investigação de paternidade post mortem foi ajuizada por um homem com mais de 40 anos, após receber informações sobre quem seria seu pai biológico. Diante da negativa dos parentes do investigado em fornecer material genético para a realização de exame indireto, o tribunal estadual considerou imprescindível à solução do caso a exumação dos restos mortais, para serem periciados.

[Leia +](#)

Comissão da Câmara aprova PL que atualiza lei para mudança de sobrenome após casamento

O Projeto de Lei 6.785/2016, que altera a Lei da Carteira de Identidade, prevê que qualquer pessoa, homem ou mulher, que tenha mudado de sobrenome após o casamento, possa apresentar a certidão de casamento para identidade, tendo sido aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJ da Câmara dos Deputados.

[Leia +](#)

Prescrição de petição de herança começa a correr mesmo sem prévia investigação de paternidade

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por maioria, decidiu que a ausência de prévia propositura da ação de investigação de paternidade, que é imprescritível, e de seu julgamento definitivo não constitui obstáculo para o início da contagem do prazo prescricional para o ajuizamento da ação de petição de herança.

[Leia +](#)

Homologação da partilha em arrolamento sumário dispensa prévio recolhimento do ITCMD

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 1.074), estabeleceu a tese de que, no arrolamento sumário, a homologação da partilha ou da adjudicação, bem como a expedição do formal de partilha e da carta de adjudicação, não se condicionam ao prévio recolhimento do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

[Leia +](#)

Comissão da Câmara aprova projeto que altera meação de bens quando perpetrado homicídio entre cônjuges

Foi aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados o projeto que exclui da meação os bens particulares trazidos para o casamento, independente do regime de bens, quando a pessoa falecida houver sido vítima de homicídio ou tentativa de homicídio pelo cônjuge.

Leia +

Dívida de pensão compensatória não justifica prisão civil, decide STJ

A 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça concedeu um salvo-conduto para evitar a prisão de um empresário de 83 anos que acumulou dívida de R\$ 35,4 mil a título de pensão alimentícia à ex-companheira. O colegiado entendeu que esse tipo de dívida compensatória, concedida com o objetivo de evitar o desequilíbrio financeiro causado pelo fim do casamento ou da união estável, não justificaria a execução pelo rito da prisão civil.

Leia +

JURISPRUDÊNCIA

TJRS

Acordo firmado entre as partes prevalece em relação à previsão legal

A sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul, em apelação julgada no mês de novembro (processo nº 50006884920228210096), não acolheu recurso do Ministério Público buscando a fixação da guarda compartilhada em demanda de divórcio, na qual os autores acordaram pelo exercício da guarda unilateral da prole. Constatou na decisão que “o compartilhamento da guarda visa ao gerenciamento conjunto dos interesses da menor e, no caso concreto, em que os genitores ‘acordaram’ a guarda unilateral do filho que conta com 12 anos de idade, com visitas maternas livres, não há razão para impor a adoção do compartilhamento da guarda, não sendo este o comando inserto na norma de regência”.

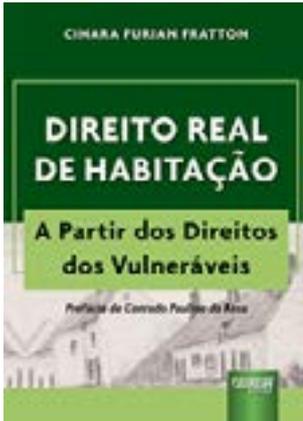
Leia +

Reconhecimento da multiparentalidade baseada na socioafetividade. Flexibilização do disposto no artigo 10, § 4º, do Provimento 63 do Conselho Nacional de Justiça

Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em demanda declaratória de reconhecimento voluntário de paternidade socioafetiva, processo nº 50009488820218210120, de relatoria do desembargador José Antônio Daltoe Cezar, reformou sentença que indeferiu pedido autoral com fulcro no disposto no artigo 10, § 4º, do Provimento 63 do Conselho Nacional de Justiça. O colegiado destacou, fazendo menção ao conceito pluralista da família contemporânea, que regras legais devem ser flexibilizadas em atenção ao interesse de filiação, mesmo tendo os autores 14 anos de diferença.

Leia +

DICAS CULTURAIS



Direito Real de Habitação – A Partir dos Direitos dos Vulneráveis

2022, 84 páginas, Editora Juruá

Autora: Cinara Furian Fratton

Escrito pela Defensora Pública membro do Núcleo de Defesa das Famílias, Cinara Furian Fratton, o livro analisa o contexto normativo do direito real de habitação brasileiro vigente, no âmbito sucessório, e a lacuna atualmente existente quanto à proteção destinada aos herdeiros em situação de vulnerabilidade tais como os herdeiros incapazes, pessoas com deficiência e os idosos.

Disponível aqui



Pegando a Estrada

2021, 1h33min, Drama/Comédia

Direção: Panah Panahi

O filme narra a história de uma família iraniana caótica, porém amorosa, em uma viagem de carro. Ao longo de uma hora e meia, a relação entre a família se mostra, como momentos de risada e de briga, assim como silêncios cheios de significado. O motivo da viagem se revela lentamente, quando a família é obrigada a lidar com a realidade da sua situação.



Os Irmãos Willoughby

2020, 1h32min, Comédia

Direção: Kris Pearn

Quatro irmãos – Tim, Jane e os gêmeos Barnaby A & Barnaby B criam um plano para enviar seus pais egoístas e negligentes para férias perigosas em lugares estranhos com o intuito de formar uma nova família.

NUDDH

NOTÍCIAS RECENTES

Agência da ONU para as Migrações (OIM) publica novo relatório do Projeto de Migrantes Desaparecidos que mostra que, desde 2014, mais de 50 mil pessoas perderam suas vidas durante suas jornadas migratórias.

Leia +

* ONU e Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) promovem reunião sobre proteção de defensores de direitos humanos.

Leia +

A Revisão Periódica Universal, realizada pela ONU em 14 de novembro, avaliou o histórico de direitos humanos do Brasil e a implementação de recomendações formuladas em revisões anteriores, bem como destacou os recentes desenvolvimentos de direitos humanos no país.

Leia +

Brasileiro é eleito juiz da Corte Internacional de Justiça e deverá cumprir o mandato até 2027.

Leia +

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa discute medidas para assegurar o direito à reunião familiar de migrantes haitianos.

Leia +

CNJ exhibe o filme “Pureza” em evento sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo.

Leia +

STF encerra audiência sobre pessoas em situação de rua.

Leia +

Defensoria paulista tem potencial para atender a 70% da população vulnerável.

Leia +

A Agência da ONU para as Migrações (OIM) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) disponibilizaram o guia “Políticas locais sobre migração: formulação e desenho da política pública” para todos os gestores públicos e interessados no tema.

Leia +

ATUAÇÃO DO NÚCLEO

DPE/RS PARTICIPA DE SESSÃO DE AUTÓGRAFOS DO RELATÓRIO AZUL NA FEIRA DO LIVRO DE PORTO ALEGRE

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS) participou, no dia 1º de novembro, de sessão de autógrafos do Relatório Azul, publicação alusiva às atividades da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da Assembleia Legislativa durante o biênio 2019/2020, realizada na Feira do Livro.

[Leia +](#)

DPE/RS EMITE NOTA PÚBLICA CONTRA ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, instituição permanente e essencial à Justiça, diante dos bloqueios de estradas e demais vias públicas no estado gaúcho, como forma de protesto ao resultado das eleições realizadas no dia 30 de outubro, veio a público reafirmar sua postura de defesa intransigente da democracia e do sistema eleitoral brasileiros.

[Leia +](#)

NUDEPID

ATUAÇÃO DO NÚCLEO

Ajuizamento da ADI para garantia do direito ao transporte público gratuito a pessoas entre 60 e 65 anos no município de Porto Alegre

Em 2021, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre aprovou a Lei Municipal nº 12.944, que restringiu o direito à gratuidade no transporte público a pessoas idosas no município de Porto Alegre. Com a nova lei, apenas as pessoas com idade de 65 anos ou mais passaram a ser contempladas com a gratuidade. Diante disso, foram revogados os dispositivos que asseguravam a gratuidade no transporte público a pessoas com idade entre 60 e 65 anos em situação de hipossuficiência.

A demanda de cunho coletivo foi reportada ao Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa pela defensora Patrícia Kettermann Nunes, que já havia ajuizado ações individuais sobre a temática.

No dia 8 de novembro, a DPE ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade com pedido de medida cautelar, que tramita junto ao Órgão Especial do Tribunal de Justiça do RS sob o nº 0020905-50.2022.8.21.7000. Trata-se de ação ajuizada em oposição ao artigo 2º, IV, “a”, art. 9º, art. 27 e art. 38, XXVIII, da Lei Municipal nº 12.944, de 30/12/2021, à integralidade da Lei Municipal nº 12.503 de 2019 e, por arrastamento, ao art. 31 do Decreto municipal nº 21.406, de 02/03/22, todas de Porto Alegre.

A mencionada ADI requer que tais dispositivos legais sejam declarados inconstitucionais com fundamento na vedação ao retrocesso e violação ao direito adquirido. Pretende-se que volte a vigorar a lei que assegurava que pessoas entre 60 e 65 anos com renda de até três salários mínimos tivessem direito à gratuidade no transporte público urbano em Porto Alegre.

Palestra no evento Cidade Cuidadora no município de Agudo

No dia 9 de novembro, o Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa, por meio de sua dirigente, Mariana Fenalti Salla, participou de uma palestra no evento “Cidade Cuidadora”, no município de Agudo.

Ação comunitária no Morro Santana



No dia 10 de novembro, o Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa participou de uma ação comunitária organizada pela FASC, no Morro Santana, na cidade de Porto Alegre. Participaram da ação a dirigente, Mariana Fenalti Salla, e a servidora Carolina Campos Estorti de Castro.

Conselho Estadual da Pessoa Idosa

O Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa participou da Plenária do Conselho Estadual da Pessoa Idosa, realizada no dia 17 de novembro.

Oficina de educação financeira da Câmara de Conciliação

O Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa participou, no dia 18 de novembro, por meio de sua dirigente, Mariana Fenalti Salla, da oficina com foco na educação financeira promovida pelo Núcleo de Defesa Cível, ensinando o público a ter mais consciência a respeito de contratos e direitos do consumidor.

Mutirão de atendimentos na comunidade Marista

No dia 21 de novembro, o Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa participou de um mutirão de atendimentos aos moradores da comunidade Marista, no bairro Mário Quintana, em Porto Alegre. A ação aconteceu na Escola Marista de Educação Infantil César Buzatto.

NUDEPED

NOTÍCIAS RECENTES

A 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça manteve acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) que garantiu a uma organização não governamental do Distrito Federal o direito de utilizar a expressão 'paraolímpico' em atividades desportivas voltadas a pessoas com deficiência.

Leia +

Com base em precedentes da corte e na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), a 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho autorizou o regime de teletrabalho a um analista de tecnologia da informação (TI) para que ele possa cuidar de seu filho autista.

Leia +

O Dia Nacional de Prevenção e Combate à Surdez, celebrado em 10 de novembro, foi destacado pelo deputado Thiago Duarte durante o período do Grande Expediente da sessão plenária realizada no mesmo dia.

Leia +

A bancada gaúcha no Congresso Nacional confirmou a indicação de uma emenda coletiva, dos deputados federais e senadores do Rio Grande do Sul, no valor R\$ 18,9 milhões para as APAEs do RS.

Leia +

Homem com deficiência é selecionado em programa de formação de astronautas.

Leia +

Fórum Inclusão em Foco debaterá a potência de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Leia +

Claro faz primeira transmissão de TV da Copa do Mundo acessível a pessoas com deficiência no Brasil.

[Leia +](#)

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) manteve liminar que concedeu o direito de uma jovem de 18 anos de idade que possui visão monocular com catarata congênita a ingressar na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), em vaga reservada a cotista com deficiência.

[Leia +](#)

Pessoa com deficiência que pede BPC/Loas ao INSS e precisa se deslocar de cidade tem direito a pagamento de diária e transporte.

[Leia +](#)

ATUAÇÃO DO NÚCLEO

Após ação da DPE/RS, justiça determina que crianças atípicas recebam atendimento integral em Sobradinho

A Defensoria Pública Regional de Sobradinho obteve, no dia 16 de novembro, parecer favorável após protocolar uma Ação Civil Pública solicitando o atendimento integral de crianças atípicas em instituições públicas do município. A ACP, protocolada no dia 8 de novembro, abrange crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Hidrocefalia, Síndrome de Down, Paralisia Cerebral Quadriplágica Espástica e Dispraxia.

[Leia +](#)

NUDIVERSI

NOTÍCIAS RECENTES

O Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) realizou sessão extraordinária no dia 15 de novembro, na sede da OEA em Washington, D.C., para analisar o tema “Boas práticas para a inclusão de pessoas LGBTI nas Américas”.

Leia +

Segundo o site Medscape, 49% dos médicos brasileiros já testemunharam desigualdade no atendimento a LGBTIA+.

Leia +

Comunidade de lésbicas, gay e bissexuais tem saúde mental mais comprometida do que a média da população mineira, revela pesquisa da UFMG vencedora do Grande Prêmio de Teses UFMG e do Prêmio Capes de Tese 2022.

Leia +

Comissão de Diversidade Sexual e Gênero (CDSG) lança Selo Empresa Amiga da Diversidade OAB/RS.

Leia +

LGBTIA+ é tema de bate-papo na 68ª Feira do Livro de Porto Alegre.

Leia +

Universidade Federal do Rio Grande (FURG) abre processo seletivo específico para ingresso de estudantes transgêneros em 2023.

Leia +

Banrisul lança concurso com mais de mil vagas e cotas de 1% para pessoas trans, conforme o Decreto nº 56.229/2021.

Leia +

Violência homofóbica e transfóbica faz 148% mais vítimas na cidade de São Paulo, segundo o Mapa da Desigualdade 2022.

[Leia +](#)

Pastor que chamou de 'aberração' uso de nome social por criança trans é denunciado pelo MP/BA. Após o caso, ocorrido em junho, o Ministério Público e o município assinaram um termo para garantir uso do nome social para crianças e adolescentes trans.

[Leia +](#)

Hospital de Clínicas de Campina Grande/PB promove histerectomias masculinizadoras para homens trans.

[Leia +](#)

De acordo com o ranking anual da Transgender Europe (TGEU), Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo pelo 14º ano.

[Leia +](#)

Enem mantém uso de banheiro de acordo com a identidade de gênero.

[Leia +](#)

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) lança "Diagnóstico sobre o acesso à retificação de nome e gênero de travestis e demais pessoas trans no Brasil"

[Leia +](#)

Ministério Público Federal emite parecer favorável em Ação Civil Pública que pede suspensão do novo RG por violar direitos trans.

[Leia +](#)

Maratona de Nova York inaugura terceira categoria para pessoas não-binárias.

[Leia +](#)

Grupo Arco-Íris e Confederação Brasileira de Futebol (CBF) assinam acordo extrajudicial de combate à LGBTfobia no futebol.

Leia +

Coletivo de Torcidas Canarinhos LGBTQ+ lança “Guia LGBTIQP+ e a Copa do Mundo 2022 no Catar”.

Leia +

Além do Qatar: ser LGBTQIA+ é ilegal em 69 países, como Maldivas e Egito.

Leia +

Justiça do Rio recebe notícia-crime contra atriz Cássia Kis por declarações homofóbicas.

Leia +

ATUAÇÃO DO NÚCLEO

Dirigente do NUDIVERSI apresenta prática exitosa no XV CONADEP



A defensora pública Aline Palermo Guimarães, dirigente do NUDIVERSI, apresentou, no XV Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (CONADEP), a prática exitosa finalista “Defensoria Pública e a retificação de registro civil de pessoas não binárias”,

Leia +

Dirigente e servidor do NUDIVERSI participam de encontro do Grupo de Estudos sobre LGBTIA+

O Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e de Gênero da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (NUDIVERSI – DPE/RS) lançou, no dia 26 de outubro, em parceria com a Associação Brasileira de Intersexos (ABRAI), uma cartilha em alusão ao Dia Internacional da Visibilidade Intersexo,

Leia +

**Grupo de estudos
sobre LGBTIA+**

**Tema: Linguagem neutra e
inclusiva de gênero e Direitos
de Pessoas Não-Binárias**

 **Data: 22.11** | **Transmissão**
Horário: 19h30 | **Google Meet**

Venha estudar com a gente!

 **OUVIDORIA**
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

 **NUDIVERSI**
NÚCLEO DE DEFESA DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

 **FESDEP**
FEDERAÇÃO ESTADUAL DE DEFENSORES PÚBLICOS

Boletim Informativo **dos Núcleos**

Projeto Gráfico e Diagramação: Ascom - DPE/RS



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
